

O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de *Os sertões**

Fernando Nicolazzi**

Resumo: Este artigo apresenta uma leitura do livro de Euclides da Cunha, *Os sertões*, considerando a forma pela qual a diferença é nele representada. Parte-se da ideia de que a obra é construída segundo uma noção de *distância* de tempos que separa o tempo do sertão da temporalidade daquilo que o autor define como civilização. Nesse sentido, parte das estratégias discursivas utilizadas na feitura do livro trabalha segundo uma comparação entre antigos, modernos e selvagens de forma que a figura da alteridade se torne ali assimilável.

Palavras-chave: *Os sertões*. Distância. Antigos, modernos e selvagens.

* Este artigo, trecho de minha tese de doutoramento defendida em 2008 no PPG/História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação de Temístocles Cezar, contou com apoio financeiro da Capes.

** Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: f.nicolazzi@hotmail.com.

Temporalidade e distância: uma leitura de *Os sertões*

O viajante filosófico, navegando para os confins da terra, está de fato viajando no tempo; ele está explorando o passado; cada passo que dá é a passagem de uma época.

Joseph Marie Degérando

Il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien.

Hippolyte Taine, citado por Euclides da Cunha

A obra maior de Euclides da Cunha, *Os sertões*, narrativa sobre um confronto nos confins do Brasil, pode igualmente ser lida como o relato de uma descoberta até certo ponto incômoda e constrangedora: *o outro*, que habita o espaço em comum através do qual se pretendia elaborar, desde muito antes, uma certa ideia de identidade coletiva e uma visão homogênea sobre o nacional. Registro singular sobre a diferença, o livro é também uma espécie de discurso sobre *a distância*. Essa distância, por sua vez, assume no texto feições bastante variadas. Uma primeira forma dela traz os contornos do espanto, quando o autor, já presente no sertão, constata assombrado que tudo aquilo que dispunha como conhecimento sobre o lugar parecia resultar em um saber, senão equivocado, ao menos insuficiente para o que seus olhos começavam a contemplar. O objeto observado encontrava-se, portanto, distante das prefigurações cognitivas de que dispunha o observador.

Euclides seguiu o caminho para o sertão municiado por textos que lhe prefiguravam o objeto antes mesmo de sua partida. Entre viajantes e historiadores, como Martius ou Rocha Pita, o engenheiro teve acesso ainda aos mapas cartográficos produzidos por Teodoro Sampaio, seu colega na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, enviado ao sertão por

volta de 1880, os quais forneceram, não apenas a Euclides, mas ao próprio exército, instrução geográfica sobre a região.¹ Um saber de antemão, portanto, serviria ao correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* como guia seguro para sua passagem pelo interior baiano. Todavia, o confronto entre o que havia lido e o que passava, então, a ver parece ter deixado em ruínas suas expectativas: as palavras conhecidas não davam conta da estranheza que aquela realidade lhe inspirava. Experiência semelhante terá algum tempo depois, no momento da sua ida para a Amazônia, deixando por escrito a sensação que lhe afligia e que pode ser projetada retrospectivamente para *Os sertões*:

Todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das pajinas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylœ* prodijiosa, com um espanto quasi religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vêmol-o inferior á imagem subjectiva ha longo tempo prefigurada. (CUNHA, 1926, p. 5).

Ocorre, portanto, uma distância fundamental entre as palavras e o olhar, entre o que se sabia e o que se passava a enxergar, distância essa que será traduzida de maneiras diversas no livro sobre Canudos, publicado em 1902 (NICOLAZZI, 2009). Outra modalidade significativa da ideia de distância que fundamenta sua escrita é o afastamento geográfico que separa o litoral do sertão. As considerações que se seguem têm por objetivo refletir sobre uma das feições que me parecem mais representativas da força interpretativa de *Os sertões*. Minha intenção, nesse sentido, é tentar desdobrar a forma como Euclides da Cunha opera, através da sua escrita e das estratégias conceituais de que se vale, uma transposição da distância no espaço como uma distância no tempo. A dimensão temporal da sua narrativa será o foco principal da análise, no anseio por vislumbrar um tempo do sertão, assim como o próprio sertão no tempo.

O tempo do sertão: o antigo, o moderno, o selvagem

264

Desde as primeiras páginas até as últimas notas de seu livro, Euclides faz menção a dois autores importantes pelo sentido que passam a conferir à sua obra. A citação de HipolYTE Taine, na nota preliminar, e de Tucídides, nas notas acrescidas à terceira edição, é significativa para o momento em que ele elabora e corrobora seu livro maior: um, o historiador do século XIX; outro, o modelo clássico a partir do qual a historiografia oitocentista estabeleceu parte de seus princípios norteadores.² Do moderno ao antigo, entre o antigo e o moderno, a obra descortina ainda os contornos de um selvagem: o sertão e o sertanejo. Categoria cognitiva importante do pensamento moderno, o selvagem aparece no horizonte intelectual do Ocidente como aquele que desloca as condições do conhecimento, até então pautado, entre outras coisas, pelo confronto e pelo paralelo entre antigos e modernos. Nos dizeres de François Hartog (2005, p. 34, tradução minha, grifo do autor), “depois das primeiras narrativas da Descoberta, apenas o face a face de Antigos e Modernos não é mais suficiente. A questão se coloca, desde então, a três: os Antigos, os Modernos e os Selvagens.” O Novo Mundo é, pelo julgamento de Montaigne, leitor dos antigos, um mundo outro. E se para Lafitau os costumes dos selvagens servem também para melhor compreender os costumes dos “primeiros tempos”, para Fontenelle há uma equivalência entre as fábulas gregas e as americanas.³ Esse inesperado terceiro elemento acaba também por arruinar todo o jogo de simetrias que definia o paralelo; a partir de então, sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX, sustentado por uma concepção singular e coletiva de história, o saber passa a se desenrolar sob a égide da comparação. Se o paralelo, pela sua própria metáfora geométrica, pressupunha planos distintos para se estabelecer a relação e, nesse sentido, histórias particulares e plurais, ainda que sob o mesmo sistema de referências, a comparação pressupõe então um plano comum onde se estabelece uma ordem de tempo e um conceito diferenciado de história.⁴ Pois estabelecer o paralelo é deixar de lado a distância temporal; significa colocar, frente a frente, embora

em campos distintos, dois elementos, seja para a imitação, seja para o confronto.

Por sua vez, o ato de comparar passa a ser regulado pelo espaço de sucessão e causalidade, próprio à moderna concepção de história: em última instância, compara-se justamente *porque* a distância no tempo existe como condição fundamental para a comparação (HARTOG, 2005; KOSELLECK, 1997). No fundo, o que ela permite realizar é colocar, num mesmo ambiente discursivo regulado por uma concepção de temporalidade específica, um antes e um depois, o ainda não civilizado e o já civilizado, e dessa maneira definir com maior precisão o que é a civilização, além de fornecer os princípios básicos para a tarefa política e moral de civilizar.⁵ Consequência capital desse desenvolvimento que passa pelos começos da etnografia no século XVIII, os antigos perdem sua posição privilegiada: “entre os Selvagens e o olho do observador, não deve haver mais nada. Não há mais nada além deles e nós, os Modernos, sem os Antigos.” (HARTOG, 2005, p. 216, tradução minha). Evidentemente, isso significa menos um apagamento da categoria “antigo” do horizonte intelectual da modernidade, do que uma reorganização dos seus espaços de saber. Desde então, para dizer o que é o moderno, faz-se antes um uso do selvagem: “*observar* os selvagens é assim uma maneira de ser moderno, com o objetivo de melhor contar como nós nos tornamos modernos” (HARTOG, 2005, p. 216, tradução minha, grifo do autor; ver ainda BLANCKAERT, 1985). Distante no espaço mas colocado assim numa ordem de tempo em que ocupa a posição de anterioridade, o selvagem é então considerado um *primitivo*.

Para um observador do sertanejo, a viagem ao sertão faz também parte da longa jornada das descobertas modernas, iniciada com os aventureiros do século XV em terras desconhecidas e culminando com os etnógrafos, cinco séculos mais tarde, em tribos isoladas e próximas de seu desaparecimento. Em relação ao litoral, ele emerge como uma espécie de Novo Mundo, sem ser, no entanto, jamais um mundo *novo*. Porém, nesse tipo de experiência, as mesmas questões se fazem ainda presentes: “para os viajantes, como passar dos textos que eles praticaram aos fatos, dos livros dos Antigos à observação daquilo que não foi ainda descrito? Como ver o que não

foi jamais visto, e de que maneira fazer vê-lo pelos leitores?” (HARTOG, 2005, p. 35, tradução minha). Anthony Pagden trata de questão convergente em seu estudo sobre as formas de interpretação do mundo americano por autores europeus dos séculos XVI e XVII, demonstrando todas as suas dificuldades para tornar familiar e representável um ambiente estranho e até então inesperado. Segundo o autor, “o observador europeu na América, entretanto, não estava equipado com um vocabulário descritivo adequado para a sua tarefa e estava perturbado por uma incerteza sobre como usar suas ferramentas conceituais em terreno não familiar” (PAGDEN, 1982, p. 10-14, tradução minha; GRAFTON; SHELFORD; SIRAISI, 1992).

Questão fundamental para Euclides: de que maneira descrever o sertão e com que instrumentos intelectuais escrever sobre o jagunço? Que princípios intelectuais lhe permitiriam compreender tal e tamanha alteridade? Em poucas palavras, qual linguagem possível para dar conta de terra e gente tão diversas? Roberto Ventura (2005, p. 39, tradução minha), por exemplo, inicia um de seus artigos sobre o livro de maneira similar: “como narrar fatos tão violentos que ultrapassam a capacidade humana de imaginar e de representar? De que maneira expressar eventos, cujo caráter inumano ultrapassa os limites da linguagem?” Para Leopoldo Bernucci (1995, p. 60), “nesse homem que sempre racionalizava o mundo, querer entender o absurdo e o ilógico com os quais teria que conviver, era definitivamente um enorme desafio”. É certo que a ciência propiciou a Euclides ferramentas precisas. Como indica Costa Lima (1997, p. 151), “dentro de uma visada cientificista, a situação de desconhecido é tão só a etapa prévia e vencível do conhecido. Dentro dela, não há lugar para a *terra ignota*.” Mas o caminho escolhido desviou-se em partes do puro cientificismo. A maneira pela qual Euclides lidou com tais problemas passa através de uma concepção particular de tempo; sobretudo, ela passa por um *uso* especial da temporalidade. Nesse assunto, duas são as estratégias conceituais mais importantes em *Os sertões*: a primeira, o jogo entre o selvagem e o moderno (ou, nos termos do livro, entre a “barbárie” e a “civilização”), transitando, em alguns casos, pela imagem do antigo; a segunda, a figura emblemática da

inversão ou, nas palavras de Leopoldo Bernucci (1995), a “dinâmica da dupla valia”. Em ambos os casos, o objetivo é sempre o mesmo: tratar da alteridade, reduzi-la e domesticá-la pelo discurso, mas mantendo-a permanentemente como tal, como um outro à distância, no tempo e no espaço (PESCHANSKI, 1993).

Ainda que não explicitamente nomeados como tais, o litoral e o sertão ocupam no livro uma posição comparável àquela em que se desenrola o jogo *moderno-selvagem*, com sua variante mais visível *civilização-barbárie*.⁶ Mas trata-se, enfim, de um jogo no tempo, resultando daí algumas poucas mas significativas alusões ao mundo antigo. ⁷Talvez a mais famosa no livro seja a designação de Canudos como uma “Troia de taipa”, ou seja, um lugar a ser invadido como condição última para a vitória na luta e, inclusive, com direito à escrita de uma moderna epopeia. Contudo, como sugere Milton Marques Jr. (2005, p. 140, tradução minha), enquanto “cidadela sitiada por um exército de coalizão, Canudos não tem nem belos palácios, nem riquezas, nem mesmo, aparentemente, a proteção dos deuses; tampouco ela será beneficiada pela piedade do vencedor, tal como a de Aquiles em relação a Príamo...”. Fato curioso tal referência, uma vez que na história de vida de Antônio Conselheiro narrada no livro, o episódio do “sequestro” da esposa tem por vítima o próprio Conselheiro, evento esse que, se não originou por si só o conflito, contribuiu, segundo o autor, para o desencadeamento de toda a “patologia” do líder sertanejo, sendo essa sim uma das causas diretas da guerra apontada por Euclides. Mas a referência é significativa pela ideia que carrega de cópia do antigo, sobretudo uma cópia imperfeita: é Troia, mas de barro. Roberto Ventura (2003) salientou, em texto inacabado, o apreço de Euclides por elementos da cultura grega, ele que certa vez definiu-se como misto de tapuia, celta e grego, definição ainda hoje lembrada pela negligência do elemento negro. Antes disso, Olímpio de Sousa Andrade (1960, p. 67) já havia indicado o papel importante que o contato com a Grécia clássica teve para a elaboração estilística da escrita euclidiana, afirmando inclusive que o recurso aos antigos era também “a tentativa de libertação da tirania dos acontecimentos com a ajuda decisiva da imaginação”. No texto, porém, há ainda espaço para Roma. Alguns “toscos muramentos

de pedra seca” encontrados pelo caminho do viajante, “lembram monumentos de uma sociedade obscura. Patrimônio comum dos que por ali se agitam nas aperturas do clima feroz, vêm, em geral, de remoto passado”; mas o obscuro se torna compreensível quando inserido em ambiente familiar: tais muramentos são, acima de tudo, “imperfeita cópia das barragens romanas remanescentes na Tunísia” (CUNHA, 2004, p. 25). Também as habitações dos jagunços são imitações precárias das antigas moradas romanas; mais do que isso, são “paródia grosseira” das casas de Roma. E também elas “lembravam as choupanas dos gauleses de César” (CUNHA, 2004, p. 159). Mas talvez não haja comparação que possa dar conta desses selvagens, pois eles são, quando muito, antigos incompletos e mal-acabados. O esforço cognitivo requer um paralelo mais eficaz, com um tempo ainda mais anterior e primitivo: elas, as moradas,

traíam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa. Se as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana, o casebre de teto de argila dos jagunços equiparado ao *wigwam* dos peles-vermelhas sugeria paralelo deplorável [...] mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça. (CUNHA, 2004, p. 159).

O recuo indefinido no tempo, vagando entre Grécia, Roma, tribos norte-americanas e o tempo das cavernas, se mostra necessário tal a singularidade do objeto.

Ou seja, Euclides mesmo, embora a utilize em momentos importantes do livro, parece reconhecer a fragilidade da comparação entre selvagem e antigo, pois este, ainda que em estágio anterior e em alguns casos primitivo, faz parte, com o moderno, de uma mesma temporalidade; o selvagem, por sua vez, apartado no espaço, é também o que está fora do tempo, traíndo a própria ordem evolutiva que segue da caverna à casa. Seu lugar, portanto, é apenas junto com outros selvagens, mesmo que seja “deplorável” o paralelo. De uma maneira diferente, o paralelo é também usado para referência aos grupos expedicionários tombando na desventura

da luta, os quais, “baqueando todos, valentemente – entre vivas retumbantes à República – haviam dado à refrega um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento doentio dos místicos lidadores da média idade. O paralelo é perfeito.” (CUNHA, 2004, p. 380). Mas nesse caso, o heroísmo cavaleiresco medieval, antes que glória, remete a uma reversão do tempo. Tudo bem explicado pelo autor, em seu descontentamento com a história republicana:

Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados. A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada. (CUNHA, 2004, p. 380).

Para um homem de ciência e um estrategista militar que deveria ver a campanha com uma frieza matemática, difícil entender tal fervor de misticismo e um tal patriotismo alucinado; mais fácil colocá-lo do outro lado, do não civilizado. E eis que os “modernos templários” da república nacional transmutam-se nos próprios selvagens inimigos: morriam pela pátria “com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...” (CUNHA, 2004, p. 380-381).

Diante do civilizado, portanto, o jagunço encontra lugar, sobretudo, como um selvagem, um bárbaro e primitivo, mesmo que em algumas ocasiões lhe seja concedida a estatura de um herói e, “antes de tudo, um forte”. A inexistência e a ambiguidade são a única maneira de inseri-lo na narrativa, a única figura que pode assumir no discurso. Paradoxalmente, todavia, essa aproximação entre objeto e discurso é utilizada apenas para fins de distanciamento, pois, como sugere Anthony Pagden (1982, p. 15), termos como bárbaro, selvagem, primitivo têm a função primordial de separar os espaços: aquele do qual faz parte o observador

daquele do qual participa o observado. Mas o discurso também deve explicar tal inserção e Euclides recorre ao tradicional campo político para tanto. A barbárie do arraial reside, entre outras coisas, na sua organização política: “Canudos estereotipava o *facies* dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros [um *clã*] em que as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis.” (CUNHA, 2004, p. 163). Sua organização socioeconômica contribui igualmente para a definição. Bárbaros também porque desprovidos de qualquer apego material:

Nada queriam desta vida. Por isto a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota parte, revertendo o resto para a *companhia*. (CUNHA, 2004, p. 163, grifo do autor).⁸

A última passagem evidencia com clareza a dificuldade que Euclides tem para compreender a cultura sertaneja, pois se há “absoluta” posse comunal da terra, como poderia um “dono” receber “exígua parte”? Da mesma maneira, uma das explicações que ele pôde encontrar para a resistência inacreditável dos sertanejos diante das investidas do exército era justamente o contrário do que a passagem parece sustentar: a defesa do lar, o que sugere um apego material e certo sedentarismo por parte dos habitantes de Canudos, descritos como “beduínos que nada queriam desta vida” (CUNHA, 2004, p. 163). O autor não sucede, e talvez nem mesmo deseje, desvencilhar-se de seus próprios parâmetros de compreensão (pré-conceitos) para entender seu objeto; este deve, mesmo que à revelia e com profundas distorções, caber por inteiro naqueles.

De difícil classificação e de quase impossível descrição, beirando entre a origem dos tempos e o lado de fora de uma mesma temporalidade – entre a comparação e o paralelo –, o sertão torna-se compreensível por meio de referências familiares. Canudos como “Troia de taipa” e o sertanejo um “Hércules-Quasímodo” (antigo-moderno); a natureza como “Anteu indomável” protegendo o

jagunço: o mundo ignorado encontra amparo em textos conhecidos.⁹ “A estratégia é clara: por toques [*touches*] sucessivos se opera a ‘domesticação’ dos Selvagens, que se inscrevem em uma rede de referências cômodas e suficientemente bem conhecidas” (HARTOG, 2005, p. 37, tradução minha). Por isso a referência passa também pela história moderna, ao fazer menção a “nossa Vendaia”, mesmo que seja para contradizê-la no próprio texto. A consequência disso reside, sobretudo, na subjugação do outro pelo discurso como forma de legitimar o próprio discurso: “esta redução iterativa do desconhecido ao conhecido, que traz a estranheza do selvagem à familiaridade de uma cultura humanista, unifica o discurso histórico mas ao preço de uma desqualificação das reivindicações autóctones” (BLANCKAERT, 1985, p. 18, tradução minha). Mas não só isso, pois há de fundo um procedimento ainda mais complexo, já que desloca essa diferença de lugares (o sertão e o litoral) como uma variação na ordem da duração (o antes e o depois): “procedendo assim contribui-se insensivelmente a construir a ideia importante e nova de que pode haver aí uma analogia entre o distanciamento no espaço e este no tempo” (HARTOG, 2005, p. 38, tradução minha; ver ainda PAGDEN, 1997). Nas palavras de Roberto Ventura (1998, p. 65), “sertão é, para Euclides, tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão dos valores, da barbárie e da incultura”. Talvez o lapso de tempo criado seja uma forma de Euclides superar a proximidade empírica que o aproximava de seu objeto, proximidade que poderia colocar a obra em suspeita diante dos leitores brasileiros aos quais ela se destinava.¹⁰ Eis que, então, a mesma distância que levou Euclides do litoral baiano até as paragens longínquas de Belo Monte é transposta como separação entre presente e passado, entre o moderno e o selvagem, entre cultura e natureza, enfim, entre a história e a sua negação (ou a pré-história). Em dado momento, Euclides justapõe passado natural e passado social para definir os jagunços como “símios amotinados” (CUNHA, 2004, p. 238). E caracterizando um dos combatentes conselheristas, Pajeú, assim o descreve:

Era o tipo completo do lutador primitivo – ingênuo, feroz e destemeroso – simples e mau, brutal e infantil, valente por instinto, herói sem o saber – um belo caso de retroatividade atávica, forma retardatária de troglodita sanhudo apurando-se ali com o mesmo arrojo com que, nas velhas idades, vibrava o machado de sílex à porta das cavernas... (CUNHA, 2004, p. 236-237).

E, ainda, chega a definir os eventos de Canudos como “um drama sanguinolento da Idade das cavernas” (CUNHA, 2004, p. 464). Levará ainda algum tempo, mais ou menos meio século, para que um antropólogo, refutando de vez o evolucionismo, estabeleça a inversão dos componentes do problema. Não se tratará mais de seguir da distância no espaço como diferença no tempo; o jogo será invertido: tratar-se-á de perceber que as sociedades não se acumulam numa linearidade de sucessão cronológica, mas sim se justapõem na expansão de espaços distintos, mas contemporâneos (LÉVI-STRAUSS, 1952; ver ainda FABIAN, 1983).

Por fim, o jogo antigo, moderno e selvagem encontra no livro uma função pedagógica importante, quando a história se mostra como ensinamento a ser apreendido. Pois, se o aspecto desértico do sertão, com sua consequência mais funesta que é a seca, encontra entre os homens e seu mau uso da terra um dos seus componentes causadores (pelo desmatamento e pelas queimadas), o processo pode também ser revertido, “corrigindo o passado. E a tarefa não é insuperável. Di-lo uma comparação histórica.” O exemplo vem dos romanos que, nas planícies elevadas da Tunísia, “à ourela do Saara”, dominaram a natureza com uma série de barragens que represavam a água, irrigando o solo e tornando cultiváveis campos outrora incultos (CUNHA, 2004, p. 60). Em outro momento significativo, retorna à comparação com a Vendaia, “malgrado os defeitos do confronto”, e as sucessivas derrotas das forças revolucionárias no “lendário recanto da Bretanha”. Dali era preciso tirar uma lição contra a arrogância militar. “Não se olhou, porém, para o ensinamento histórico” (CUNHA, 2004, p. 208), e as sucessivas expedições brasileiras recorriam no erro crasso de subestimar os revoltosos em seu próprio terreno de luta.

A história ensina, de fato, e os erros do presente só podem ser resolvidos pela atenção avisada ao passado. Canudos, como um “afloramento originalíssimo do passado”, oferecia exemplos preciosos que patenteavam “as falhas da nossa evolução [e] era um belo ensejo para estudarmo-las, corrigirmo-las ou anularmo-las”. Entretanto, “não entendemos a lição eloqüente” (CUNHA, 2004, p. 301). Euclides, desiludido com seu tempo, explica com clareza e de forma lapidar a situação:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de cho-fre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de emprés-timo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tor-namos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. *Porque não no-los separa um mar, separam-no-lo três séculos...* (CUNHA, 2004, p. 174-175, grifo meu).

Não é demasiado sugerir que Tucídides o inspira não apenas como observador fidedigno, mas também pelo escopo de seu trabalho: que *Os sertões* seja, enfim, uma “aquisição para sempre”, não somente para se aprender com os equívocos do passado, mas sobretudo para que, em possíveis outros Canudos, ele seja lido como lição. Afinal, como é dito desde a nota preliminar, o livro foi escrito “ante o olhar de futuros historiadores” (CUNHA, 2004, p. 13)... cabe, pois, à posteridade o julgamento de seu valor.

O sertão *no* tempo: inversão e distância

274

Apesar de tudo, das ambiguidades, por exemplo, entre comparação e paralelo, Euclides da Cunha situa seu trabalho na perspectiva moderna de história. Já na nota preliminar do livro, salienta de forma incisiva sobre a luta acontecida no sertão baiano: “aquela campanha lembra um refluxo para o passado”. Travada por forças díspares, entre o litoral e o sertão, entre a civilização e o selvagem, o prejuízo tende a pesar para o lado deste. Produto da mistura degenerativa das raças, degenerados, no fundo, menos por razões genéticas que sociais, aos sertanejos coube o lugar do descompasso e da lacuna: “faltou-lhes [...] uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais *a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século*”. O veredicto é lapidar e severo: “retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo” (CUNHA, 2004, p. 13-14, grifo meu). Assim, não tão degenerados como *retrogrados*. Todo um vocabulário bastante significativo, denotando uma compreensão singular de tempo e história. Se a luta se assemelha a um retorno ao passado, a condição presente do jagunço o empurra para um porvir sombrio: sua extinção, ou seja, a ausência mesmo do futuro. Enquanto “retardatários”, são incapazes de acompanhar a “velocidade da marcha” civilizatória; habitam outro tempo, residem em outro regime de historicidade.¹¹

O atraso é a característica sertaneja que salta aos olhos do leitor de *Os sertões*. Exemplos singulares de atavismo, o jagunço e o sertão estão localizados em um tempo diferente. Um tempo anterior, é bem verdade, mas também fora da história. Para a perspectiva “positivista” do autor, o sertanejo está ainda na primeira fase evolutiva: incapaz de assumir uma atitude política republicana, era-o também quanto à forma monárquico-constitucional: “é espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro.” Ou seja, a ida de Euclides para o interior da Bahia representa igualmente um retorno anacrônico. O autor é enfático: “insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurrecta e em armas em

nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doudo.” (CUNHA, 2004, p. 174). Uma sociedade de retardatários, atrasados em cerca de três séculos. A insistência é enfatizada ainda em outro momento do livro: “realizava-se um recuo prodigioso no tempo; um resvalar estonteador por alguns séculos abaixo” (CUNHA, 2004, p. 468). Para trás e para baixo, o movimento espacial do tempo em *Os sertões* não deixa dúvidas: trata-se sempre de um deslocamento contrário ao movimento fluente da história e que o empurra constantemente para fora da nossa temporalidade. “É um exemplo belíssimo da identidade dos estados evolutivos entre os povos. O retrógrado do sertão reproduz o *facies* dos míticos do passado. Considerando-o, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva através dos séculos... Está fora do nosso tempo.” (CUNHA, 2004, p. 147-148).

O descompasso em que se encontra o sertão, perdido no passado, sugere também uma perspectiva particular de futuro. Na cosmovisão do jagunço, na sua “romaria miraculosa para os céus”, o porvir não se localizava ainda nesta vida e neste mundo; desprovidos de “instituições garantidoras de um destino na terra”, “nada queriam desta vida”: uns bárbaros, pois, sem anseios materiais (CUNHA, 2004, p. 163). Numa situação excepcional, tal sociedade, estando *ainda* em um passado distante e aguardando um futuro que *ainda* viria, encontrava-se, para Euclides, parada no tempo: “imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda na mesma atmosfera moral dos iluminados que encalçavam, doudos, o Miguelinho ou o Bandarra”. Nesse fervor místico de sebastianismo, ao jagunço marcava a “indiferença fatalista pelo futuro”, resultando daí um apego vertiginoso pelo passado: “o culto dos mortos é impressionador”. E assim, *fora* do tempo, posto que em uma temporalidade imóvel, para o sertanejo “a terra é o exílio insuperável, o morto um bem-aventurado sempre” (CUNHA, 2004, p. 126-127).¹²

A imagem da imobilidade preenche diversas páginas do livro. Caminhando pelo sertão, a paisagem incute a impressão de inércia, pois “o viajante mais rápido tem a sensação da imobilidade” (CUNHA, 2004, p. 25). Talvez a percepção mais absurda

da estagnação seja a figura dos soldados mortos durante a expedição, os corpos falecidos jazendo sob o sol excessivo do sertão: “não se decompunham. A atmosfera ressequida e ardente conservava-lhes os corpos. Murchavam apenas, refegando a pele, e permaneciam longo tempo à margem dos caminhos – múmias aterradoras revestidas de fardas andrajosas...” Fascinante prodígio dessa terra implacável, fazer evitar o próprio movimento natural do tempo e da decomposição da matéria: desprovida de umidade, apenas imobilizava os corpos, tornados murchos e ressecados; “realiza, em alta escala, o fato fisiológico de uma existência virtual, imperceptível e surda” (CUNHA, 2004, p. 392-393). Um tempo imóvel, a bem dizer, mas um tempo também invertido. As construções de Canudos, aquelas cópias mal-acabadas dos antigos, apontavam a inversão: construídas de maneira incrivelmente rápida, febrilmente por uma “multidão de loucos”, talvez fosse uma rapidez nefasta, pois fazia saltar do começo direto para o fim ou, o que é mais preciso, situar no começo o próprio fim. “A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a civitas sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho.” (CUNHA, 2004, p. 65). Inversão da ordem lógica do mundo: o rebento prematuro desde sempre avelhentado!

Fora do tempo, invertendo o movimento esperado da história, o lugar se mostrava como a figura próxima da exterioridade – *o lado de lá*. “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava.” (CUNHA, 2004, p. 464). Afinal, em espaço desprovido de existência, inexistentes eram também os pecados. É, pois, essa não existência o que parece colocar em risco a estabilidade das figuras sólidas do discurso; o sertão desconcerta pela sua diferença abissal. Todo ele é atravessado pela ideia de desequilíbrio e de excesso, obstáculos impertinentes para o observador. Desequilíbrio da terra, com um clima excessivo e inversões inesperadas de ventos, alternando secas devastadoras e chuvas torrenciais; desequilíbrio do homem, pairando entre a resistência surpreendente ao meio e as recaídas fanáticas em sua psicologia coletiva; desequilíbrio da luta, marcada pela desmesura do horror. Instabilidade

que assume a função primordial no livro de instaurar e sempre manter viva a diferença e a distância. Euclides recorta muito bem os dois espaços, o do *aqui* e o de *lá*. A aventura dos expedicionários era um atravessar de fronteiras: “está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra”. Era uma “transição violenta [...] discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional”. Uma terra estranha que é o lugar próprio do exílio: “sentiam-se fora do Brasil” (CUNHA, 2004, p. 422). Um lugar que desconcerta: a imagem cruel da criança que vestia grotescamente um quepe muito maior que sua cabeça, provocando risos dos soldados; um riso engolido a seco quando retirado o quepe: “a boca era uma chaga aberta de lado a lado por um tiro!” (CUNHA, 2004, p. 424).

Assim, para dar conta de tamanha diferença e produzir um saber eficaz sobre o sertão, Euclides opera segundo o jogo antagônico da inversão. Inversão do tempo, da natureza, do homem. Um exemplo da natureza invertida: na floresta as plantas lutam pelo sol, no sertão, contra ele. Sobre o homem, toda a menção ao atavismo sertanejo, seu caráter retrógrado, indica um movimento curioso em tal ambiente, ou seja, uma “evolução regressiva” (CUNHA, 2004, p. 57). Quanto a Antônio Conselheiro, ainda que humano, era um “grande homem pelo avesso”, e o jagunço, o resultado de um “anacronismo étnico” (CUNHA, 2004, p. 153, 300). Note-se bem que o autor assim o faz justamente porque é o sertão que inverte as coisas; ou seja, a inversão e a ironia que porventura a acompanha é menos uma figura do discurso do que uma realidade tangível e representável. O caso mais significativo é o dos diversos efeitos provocados pelo lugar nos soldados para lá enviados. Nesse ponto aparece deslocada a própria dimensão da diferença: o soldado é tornado semelhante ao seu próprio inimigo (mas com isso, também, tornado o *outro* para o narrador). “Eram um batalhão de jagunços. Entre as forças regulares de um e outro matiz, imprimiam o traço original da velha bravura a um tempo romanesca e bruta, selvagem e heróica, cavaleira e despiedada, dos primeiros mestiços, batedores de bandeiras.” (CUNHA, 2004, p. 315). Euclides explica a situação,

ressaltando a origem sertaneja em comum dos membros de ambos os lados da luta, alguns dos soldados da república tendo, inclusive, crescido escutando as lendas sobre Conselheiro. Mas ele faz também saltar aos olhos as consequências da ida a paragens longínquas e terras ignotas. Todas as frustrações sofridas pelas forças regulares eram um lapso de estratégia, coisa que está muito bem clareada no livro; mas eram também o efeito perverso de um meio caracterizado pela desordem e pelo desequilíbrio, tornando sua interpretação coerente com a perspectiva taineana assumida desde o início. Assim, os soldados

seguiam sem que entre eles se rastreassem breves laivos sequer de organização militar. Tendo, na maior parte, por adaptação copiado os hábitos do sertanejo, nem os distinguia o uniforme desbotado e em tiras. E calçando alpercatas duras; vestindo camisas de algodão; sem bonés ou barretinas, cobertos de chapéus de couro, figuravam famílias de *retirantes* demandando em atropelo o litoral, fustigados pela seca. (CUNHA, 2004, p. 393, grifo do autor).

O perigo de Canudos, sua diferença absoluta, está justamente no risco de tornar a civilização selvagem e o litoral deserto; o sertão virando mar, o mar virando sertão, como nos ditos da trova popular.

É nesse recurso também que reside toda a força crítica e a denúncia de seu livro.

Havia ali uma inversão de papéis. Os homens aparelhados pelos recursos bélicos da indústria moderna, é que eram materialmente fortes e brutais, jogando pela boca dos canhões toneladas de aço em cima dos rebeldes que lhes antepunham a esgrima magistral de inextrincáveis ardis. (CUNHA, 2004, p. 353).

Da mesma maneira, inverte-se a ordem de vencidos e vencedores: “os vencidos restituíam daquele modo as balas, estadeando provocações ferozes, aos vitoriosos tontos, que não lhes replicavam”

(CUNHA, 2004, p. 350). Para Euclides é inadmissível um tal retrocesso por parte da sociedade modernizada, pois se o tempo lhe incutiu suspeitas em relação ao regime republicano, nada jamais abalou sua fé nos progressos da ciência e da civilização. Prova o fato de ter se valido de todo o aparato científico para estabelecer o seu discurso e proferir sua lição. O caso porém era claramente de ordem narrativa, pois se “olhava-se para a História através de uma ocular invertida” (CUNHA, 2004, p. 387), o discurso igualmente deveria respeitar o jogo da inversão.

E é assim que se desenrola em *Os sertões* a construção cognitiva da diferença e da distância. Pares opostos e oximoros que estabelecem o recorte entre *ali* e *aqui*, a civilização e a barbárie, o moderno e o selvagem, o adiantado e o retrógrado..., mas também entre o litoral e o sertão, o sul e o norte, o gaúcho e o vaqueiro, o bandeirante e o sertanejo. E dessa mesma maneira o autor consegue fixar seu ponto de permanência, de identidade *contra* a alteridade. Sobre o outro, “a história é *ali* mais teatral, porém menos eloqüente”; sobre o mesmo, “*aqui*, a aclimatação mais pronta, em meio menos adverso, emprestou, cedo, mais vigor aos forasteiros” (CUNHA, 2004, p. 80, grifo meu). A lição tirada dos eventos também é bastante clara: deveria visar “trazer para o *nosso* tempo e incorporar à *nostra* existência aqueles rudes compatriotas retardatários” (CUNHA, 2004, p. 425, grifo meu). E, enfim, um lapso do autor, sempre defendendo a incorporação dos patrícios atrasados e encontrando neles a rocha viva na nacionalidade, mas também operando com um recorte explícito: os mortos da campanha, todos tombando sobre o mesmo solo pátrio, se distinguiam entre os de cá e os de lá, entre “as *nossas* baixas” e as deles, dos outros (CUNHA, 2004, p. 487, grifo meu). A construção da distância no espaço como uma distância no tempo é um procedimento intelectual necessário para tal empresa, uma vez que, “na apreciação dos fatos o tempo substitui o espaço para a focalização das imagens: o historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla” (CUNHA, 2004, p. 253).

E tal afastamento permite ao autor, além de tudo, escrever sobre tais eventos, narrar os episódios de horror e denunciar o fracasso e a covardia da missão civilizadora. Pois estando num

outro tempo, ou mesmo fora dele, a brutalidade ali encontrou seu abrigo propício, apresentando-se com a mão pesada na força da degola. E o que em Euclides assumia ares de indesculpável brutalidade, para um Araripe Júnior, por exemplo, era o efeito compreensível da batalha em teatro sinistro:

Não há que filosofar. Tudo é relativo. Desde que o sertão se apossara das forças civilizadas, e sobre elas operara pela influência do deserto, não devemos estranhar que esse mesmo sertão, antes de restituí-las ao litoral, as fizesse primeiro passar por esse corredor equívoco e escuro da inconsciência do gorila. (ARARIPE Jr., 1903 *apud* FACIOLI; NASCIMENTO, 2003, p. 83).

Afinal, como explica (e lamenta) Euclides, para os carrascos “não havia temer-se o juízo tremendo do futuro”, já que o tempo ali obedecia à outra prerrogativa: “a História não iria até ali” (CUNHA, 2004, p. 465-466).

Os sertões, enfim, é todo ele atravessado pela alteridade, sem conseguir jamais se desvencilhar da figura do duplo que o acompanha: outro lugar, outra gente, outro tempo. Exemplo derradeiro e trágico, próprio da proeza de uma mão que sabe como poucas manipular um acervo de palavras em uma escrita feita justamente durante o ardor da luta, a distância e a diferença são impressas no curto espaço de uma única e mesma feição: a imagem da prisioneira que trazia aos braços uma menina, “neta, bisneta, tataraneta talvez”, difícil dizer sobre alguém fora do tempo. No rosto da criança, os dois lados da história:

A sua face esquerda fora arrancada, havia tempos, por um estilhaço de granada; de sorte que os ossos dos maxilares se destacavam alvíssimos, entre os bordos vermelhos da ferida já cicatrizada... A face direita sorria. E era apavorante aquele riso incompleto e dolorosíssimo aformoseando uma face e extinguindo-se repentinamente na outra, no vácuo de um gilvaz. (CUNHA, 2004, p. 494).

The time of backlands, backlands in time: ancients, moderns, savages. A reading of *Os sertões*

Abstract: This article presents a reading of the book of Euclides da Cunha, *Os sertões* (Rebellion in the backlands), considering the way in which the difference is represented within it. The central idea is that the work is constructed upon a notion of distance of times which separates the time of the backlands from the time of what the author calls civilization. In this sense, part of the discursive strategies used in the making of the book works on a comparison between ancients, moderns and savages so that the figure of otherness becomes assimilated there.

Keywords: *Os sertões*. Distance. Ancients, moderns and savages.

Notas

¹ Em artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Baía*, publicado em 1919, Sampaio afirmou: “levou-me [Euclides] algumas notas que eu lhe ofereci sobre as terras do sertão que eu viajara antes dêle em 1878. Pediu-me cópia de um meu mapa ainda inédito na parte referente a Canudos e vale superior do Vaza-Barris, trecho do sertão ainda muito desconhecido, e eu lho forneci.” (Sampaio, 1919 *apud* FREYRE, 1941).

² Euclides menciona Taine em 1901, na nota preliminar que abre *Os sertões*, para definir o “narrador sincero que encara a história como ela merece”. Tucídides, com sua “visão aquilina”, é mencionado dois anos mais tarde, nas notas acrescidas à terceira edição do texto, para conferir ao relato sobre Canudos o respaldo de um procedimento epistemológico legitimador: a visão *in loco* dos fatos narrados (CUNHA, 2004, p. 14 e 510, respectivamente).

³ Em 1724, Lafitau publica *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps*, sobre os habitantes da América do Norte. No mesmo ano Fontenelle publica *Origine des fables*, onde faz também uma analogia entre antigos e “selvagens” (DUCHET, 1985, 2005, p. 215-250).

⁴ Nesse sentido, seguindo considerações de Michèle Duchet e a definição dos termos de François Hartog, Lafitau, em sua comparação, mantém certos pressupostos do paralelo, pois ele ainda não insere seu texto numa concepção diacrônica e evolutiva de história, mas sim numa “História como reflexão sobre a história, como lugar geométrico de todas as histórias singulares das nações, consideradas como um único e mesmo universo moral” (DUCHET, 2005, p. 306, tradução minha). Ou seja, na sua crítica ao ateísmo e na sua defesa do princípio religioso subjacente a todos os costumes, sejam eles dos selvagens, sejam dos antigos dos primeiros tempos (que não são o equivalente da Antiguidade clássica), a comparação de Lafitau

desconsideraria o pressuposto básico que a distinguiria do paralelo: a diferença *de* tempo e a diferença *no* tempo. Ela estaria num campo que hoje seria definido pela etnografia e não pela história (HARTOG, 2005, p. 216-219). Michel de Certeau (1985, p. 73-74, tradução minha) considera o comparar como uma técnica de produção discursiva que, em Lafitau, gera as possibilidades da escrita e da sua própria legitimação: “ele [o texto] não é autorizado pelas fontes [*pièces*] que cita [...] Ele não é autorizado senão por ele mesmo enquanto ‘língua’ própria ou *système de rapports*. Entre a comparação e a escrita, há continuidade. Uma fabrica a outra.”

⁵ Mesmo se o antes e o depois são recortados pela fronteira que separa a história da não história (ou da pré-história), fronteira essa que definirá também uma partilha entre história e etnografia, ainda assim ambos são inseridos em um mesmo conjunto discursivo que, no fundo, tem a função primordial de definir os contornos de uma razão particular. Nas palavras de Duchet (2005, p. 308, tradução minha), “de onde segue que o processo discursivo lui-même implicava um projeto mais vasto: eliminar da história tudo que não podia se constituir como objeto histórico, e, na pureza [*pureté*] da narrativa, oferecer a história como uma certeza da razão”.

⁶ Embora seja possível traçar de uma forma mais detalhada diferenças entre termos como primitivo, bárbaro e selvagem, para os objetivos deste artigo e em virtude mesmo da imprecisão com que eles aparecem em *Os sertões*, elas serão aqui negligenciadas (KUPER, 2005, p. 20-36).

⁷ Em outros casos, os antigos emergem na fronteira entre o maravilhoso e o conhecido: “essa reunião do fantástico e do familiar resultavam na crença que o novo poderia sempre ser satisfatoriamente descrito através de alguma simples e direta analogia com o antigo” (PAGDEN, 1982, p. 11, tradução minha).

⁸ Pagden (1982) ressalta ainda que para alguns dos autores por ele estudados, a definição de *bárbaro* para os povos ameríndios residia, entre outras coisas, na sua incapacidade de se reunir em agrupamentos sociais desenvolvidos, ou seja, na sua inaptidão em construir cidades. O exemplo citado é o de Giovanni Botero, cuja obra *Origini urbium*, de 1665, menciona os indígenas brasileiros. O historiador ressalta ainda a hierarquia dos materiais das habitações que serviam como índice de civilização: do barro à pedra, passando pelo uso da madeira (PAGDEN, 1982, p. 71 e ss). Para Euclides, Canudos era não só uma “*urbs* monstruosa” ou uma “*civitas* sinistra do erro”, era também uma “cidade selvagem” feita toda ela de barro: uma forma pré-civilizada de organização coletiva. Rodrigo Turin (2006, p. 93 e ss.), por sua vez, indica sobre o discurso etnográfico no IHGB, a distinção que separava o “selvagem” do “civilizado” como pautada, inclusive, por uma ética do trabalho e da propriedade, sendo os indígenas brasileiros desprovidos de tal ética e, portanto, selvagens. A relação trabalho-tempo ainda os colocava como marcados por “uma não-consciência de passado e futuro”.

⁹ Mesmo que às vezes o autor caia em contradição ou, pelo menos, numa ambivalência de uso: o sertanejo, um forte, equiparado a Hércules e a natureza protegendo-o como Anteu. Ora, na mitologia que compreende os dois personagens, ambos são colocados em lados opostos: Anteu, filho de Gaia, era o poderoso adversário cuja força se originava de seu contato com a terra, derrotado pelo filho de Zeus, Hércules, quando este o levanta do solo mantendo-o suspenso até que suas forças se esvaíssem.

¹⁰ Hugo Hruby (2007, f. 84-141), estudando a prática historiográfica do IHGB na virada do século, salienta a manutenção pelos sócios da recusa de uma história contemporânea ou do tempo presente, recusa que já estava presente no momento mesmo de fundação do instituto.

¹¹ A expressão já evidente remete à noção de François Hartog elaborada para “fornecer um instrumento para comparar os tipos de história diferentes, mas também e sobretudo [...] para iluminar os modos de relação com o tempo: formas de experiência do tempo, aqui e lá, ontem e hoje” (HARTOG, 2003, p. 19-20, tradução minha). Sobre a temporalidade moderna iniciada a partir do Setecentos, Reinhardt Koselleck (2006, p. 37) sugere que “a aceleração do tempo, antes uma categoria escatológica, torna-se, no século XVIII, uma tarefa do planejamento temporal, antes ainda que a técnica assegurasse à aceleração um campo de experiência que lhe fosse totalmente adequado”.

¹² Para Euclides, a diferença que opõe o sertão ao litoral, como duas sociedades “de todo alheias uma à outra”, marca não apenas uma ruptura no interior da unidade nacional, mas também assinala um importante obstáculo para o tempo da nação, desequilibrando o ritmo de seu “desenvolvimento evolutivo”. A impressão por ele transmitida é a de exílio, narrando o choque dos expedicionários em lugar estranho, onde “sentiam-se fora do Brasil”: “a separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria” (CUNHA, 2004, p. 422-423; ROCHA, 2004, p. 143-168).

Referências

- ANDRADE, O. de S. *História e interpretação de “Os sertões”*. São Paulo: Edart, 1960.
- BERNUCCI, L. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.
- BLANCKAERT, C. Unité et altérité. La parole confisquée. In: BLANCKAERT, C. (textes rassemblés et présentés par). *Naissance de l'ethnologie?* Paris: Les Éditions du Cerf, 1985, p. 11-22.

CERTEAU, M. de. Histoire et anthropologie chez Lafitau. In: BLANCKAERT, C. (textes rassemblés et présentés par). *Naissance de l'ethnologie?* Paris: Les Éditions du Cerf, 1985, p. 62-89.

CUNHA, E. Terra sem historia (Amazonia). In: CUNHA, E. *À margem da história*. 4. ed. Porto: Livraria Chardon, de Lelo & Irmão, L.da, 1926.

CUNHA, E. da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2004.

DUCHET, M. *Le partage des savoirs*: discours historique, discours ethnologique. Paris: Éditions La Découverte, 1985.

_____. *Essais d'anthropologie*: espace, langues, histoire. Paris: PUF, 2005.

FABIAN, J. Time and the emerging other. In: FABIAN, J. *Time and the other*: how anthropology makes its object. New York: Columbia University Press, 1983, p. 1-36.

FACIOLI, V.; NASCIMENTO, J. L. do (Org.). *Juízos críticos*: Os sertões e os olhares de sua época. São Paulo: Nankin Editorial; Editora da Unesp, 2003.

FREYRE, G. *Atualidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1941. Disponível em http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/atualidade_euclides.htm Acesso em 30 nov. 2009.

GRAFTON, A.; SHELFORD, A.; SIRAI, N. *New worlds, ancient texts*: the power of tradition and the shock of discovery. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

HARTOG, F. *Régimes d'historicité*: présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

_____. *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade Éditions, 2005.

HRUBY, H. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra*: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KOSELLECK, R. Le concept de l'histoire. In: KOSELLECK, R. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard; Le Seuil, 1997, p. 15-99.

_____. O futuro passado dos tempos modernos. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006. p. 21-39.

KUPER, A. Barbarian, sauvage, primitive. In: KUPER, A. *The reinvention of primitive society*: transformations of a myth. London: Routledge, 2005, p. 20-36.

LÉVI-STRAUSS, C. *Race et histoire*. Paris: Unesco, 1952.

LIMA, L. C. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARQUES Jr., M. *La terre vive: pour une étude stylistique d'Euclides da Cunha*. In: ROLLAND, D.; SANTOS, I. M.-F. dos (Coord). *Le Brésil face à son passé: le guerre de Canudos: Euclides da Cunha, l'écriture et la fabrique de l'histoire*. Paris: L'Harmattan, 2005.

NICOLAZZI, F. O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em Os sertões. *História da Historiografia*, n. 2, p. 67-85, 2009.

PAGDEN, A. *The fall of natural man: the American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. Eighteenth-century anthropology and the "history of mankind". In: KELLEY, D. R. (Ed.). *History and the disciplines: the reclassification of knowledge in early modern Europe*. Rochester: The University of Rochester Press, 1997, p. 223-235.

PESCHANSKI, C. Os bárbaros em confronto com o tempo (Heródoto, Tucídides, Xenofonte). In: CASSIN, B. et al. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 56-75.

ROCHA, J. C. de C. "O Brasil era terra do exílio": Euclides da Cunha e o paraíso perdido. In: ROCHA, J. C. de C. *O exílio do homem cordial: ensaios e revisões*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

TURIN, R. A "obscura história" indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, M. L. S. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 111-132.

VENTURA, R. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: BRAIT, B. (Org.). *O sertão e Os sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. p. 133-147.

_____. *Euclides da Cunha: esboço biográfico*. Organização de Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Euclides da Cunha dans la vallée de la mort. In: ROLLAND, D.; SANTOS, I. M.-F. dos (Coord). *Le Brésil face à son passé: le guerre de Canudos. Euclides da Cunha, l'écriture et la fabrique de l'histoire*. Paris: L'Harmattan, 2005.

Recebido em: 01/12/2009

Aprovado em: 10/07/2010